

SAÚDE EM DEBATE

títulos em catálogo

- Medicina e Política*, Giovanni Berlinguer
Saúde e Previdência: Estudos de Política Social, José Carlos de Souza Braga e Sérgio Góes de Paula
A Saúde nas Fábricas, Giovanni Berlinguer
Ambiente de Trabalho: A Luta dos Trabalhadores pela Saúde, Ivar Oddone et al.
Ecologia: Capital, Trabalho e Ambiente, Laura Conti
Saúde Para Todos: um Desafio ao Município, David Capistrano Filho e Aparecida Linhares Pimenta
Os Médicos e a Política de Saúde, Gastão Wagner de Souza Campos
Epidemiologia da Desigualdade, Cesar G. Victora, Fernando C. de Barros e Patrick Vaughan
Saúde e Nutrição das Crianças de São Paulo, Carlos Augusto Monteiro
Saúde do Trabalhador, Aparecida Linhares Pimenta e David Capistrano Filho
A Doença, Giovanni Berlinguer
Reforma Sanitária: Itália e Brasil, Giovanni Berlinguer, Sonia Maria Fleury Teixeira e Gastão Wagner de Souza Campos
Educação Popular nos Serviços de Saúde, Eymard M. Vasconcelos
Temas de Saúde do Trabalhador, Frida Marina Fischer, Jorge da Rocha Gomes e Sérgio Colacioppo (orgs.)
Trabalho em Turnos e Noturno, Joseph Rutenfranz, Peter Knauth e Frida Marina Fischer

PROCESSO DE PRODUÇÃO E SAÚDE
Trabalho e Desgaste Operário

41. I. Oddone, A. Re, G. Briante: *Esperienza operaria, coscienza di classe e psicologia del lavoro*, Einaudi, Turin, 1977.

42. M. Cini: *Sapere operario e produzione di scienza, Sapere*, n. 845, 1982, pp. 21-27.

3 PARA O ESTUDO DA SAÚDE NA SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PRODUÇÃO

A análise da pesquisa latino-americana sobre saúde e trabalho e de suas propostas metodológicas permite colocar uma série de elementos teórico-metodológicos e técnicos importantes para o estudo do nexo biopsíquico da coletividade trabalhadora, na sua relação com o processo de produção. Por outro lado, esclarece quais são os problemas e as carências que ainda estão para serem resolvidos. Nesta parte pretendem-se construir um arcabouço teórico-metodológico-técnico que ordene num conjunto coerente aqueles elementos e preencha alguns dos vazios detectados. Dado que a questão menos problematizada na literatura existente, exceção feita à produzida pela corrente de medicina social, é a saúde, nela se colocará uma ênfase especial. A explicitação de uma concepção teórica relativa à relação saúde-trabalho tem por objetivo fundamental servir como marco global para a construção da proposta metodológico-técnica, que é onde existe uma necessidade urgente de integração de uma série de elementos soltos, todos úteis mas não pensados em função da constituição de um instrumental de pesquisa adequado para o estudo da saúde em sua relação com o processo de produção.

A historicidade do nexu biopsíquico humano

concepção teórica da medicina social
Enquanto na maior parte da literatura científica social a saúde é vista tal como a define a medicina dominante, ou como um simples indicador do impacto do trabalho sobre os trabalhadores, coube à medicina social problematizá-la e

avancar para uma nova concepção dela. Tanto é assim que para esta corrente de pensamento a análise do trabalho, em sua relação com a saúde, não foi o ponto de partida mas o ponto de chegada, quando colocou a necessidade de entender a saúde-doença não somente como um processo biopsíquico, mas antes de tudo como um processo social. Uma vez detectada a necessidade do estudo da saúde-doença enquanto processo social, sucedeu-se uma série de confusões com relação a como constituí-la como objeto científico específico. Desta forma, encontramos desde o simples enunciado do seu caráter social, mas sem acompanhá-lo de uma reconceituação e reconstrução dela como objeto científico, até a pretensão de convertê-la no objeto da exploração da essência do humano (2), passando por uma conceituação da doença como equivalente à alienação e, portanto, à saúde como a desalienação (3).

A margem as confusões, o especificamente novo, que surgiu da problematização da saúde-doença enquanto processo social, é colocar o nexu biopsíquico como a expressão concreta na corporeidade humana do processo histórico num momento determinado. Essa concepção tem como pedra angular a identificação da historicidade dos processos biológicos e psíquicos humanos. Ou seja, coloca uma ruptura profunda com o pensamento médico, cujo postulado fundamental é o caráter a-histórico da biologia humana (4) e, ainda que mais ambigüamente e com menor capacidade de se tornar hegemônico no pensamento científico, dos processos psíquicos (5).

A exploração do nexu biopsíquico humano historicamente específico requer necessariamente a construção de um novo objeto de conhecimento, dado que este nexu não é passível de ser pensado nem estudado da perspectiva do objeto "saúde-doença", estabelecido pela medicina dominante, e menos ainda da perspectiva do objeto "doença". Para se chegar a definir esse novo objeto é necessário estabelecer algumas precisões com relação às implicações de se colocar no centro da preocupação a historicidade dos processos biopsíquicos humanos. Assim, uma primeira questão diz

Ciber-
saúde
como mans
doença
+
saúde e
doença

processo
+
saúde e
doença

chave

respeito a como pensar o fato de que a biologia humana adquira historicidade, ao contrário do que geralmente se pensa. Isso envolve, por um lado, uma questão relativa ao nível de complexidade a partir do qual tal fenômeno ocorre e, por outro, a recuperação da noção de "estereótipos de adaptação" ou, como na expressão de Tambellini, "modos de andar a vida" (6). Desta forma, não é no nível dos processos celulares ou subcelulares que se manifesta mais claramente a historicidade do biológico, mas nos níveis de integração maiores e, especialmente, no nível de complexidade que representa o corpo humano; tal fato nos remete imediatamente aos modos de andar a vida e aos estereótipos de adaptação. Com relação a estes ter-se-ia que advertir, desde logo, que a concepção de adaptação que representa a chave para se entender a historicidade da biologia humana não é a de adaptação como eterno retorno — ou de volta ao "normal" — baseada na concepção fisiológica do *steady-state* (7). Pelo contrário, o que está em questão é a capacidade do corpo de responder com plasticidade diante de suas condições específicas de desenvolvimento, o que se traduz em mudanças específicas nos processos corporais (8), que se expressam como formas biológicas características.

Os processos de adaptação geralmente são conceituados como processos "fisiologicamente normais" capazes de proteger o organismo em termos de sua sobrevivência. No entanto, essa visão tão enraizada por um pensamento teleológico (9) perde de vista o fato de que muitos dos processos de adaptação não somente significam a sobrevivência em condições corporais precárias, como também, até, podem se converter em seu contrário, ou seja, em destruidores da integridade corporal. Um exemplo revelador desse fato é a reação de estresse, o processo de adaptação talvez mais característico da sociedade capitalista (10). Assim, apesar do que seja a maneira de se colocar o organismo em alerta, mobilizando-o para "fugir ou lutar diante de um perigo", sua repetição freqüente ou sua conversão em estresse crônico transforma-se num processo destrutivo de uma série de estruturas e processos corporais (11). O fato de não se

conhecerem os mecanismos específicos através dos quais isso acontece (12) não subtrai veracidade às observações epidemiológicas que apontam para tal fenômeno (13). E, mais, não deixa de ser significativo que seja precisamente a abordagem epidemiológica, isto é, o estudo dos grupos humanos, a que consegue revelá-lo, dado que confirma uma vez mais que é neles que se manifesta mais claramente o nexo biopsíquico historicamente específico. Os processos particulares de adaptação conferem, então, as características a este nexa, que se torna o substrato geral que determina a conformação do processo de desgaste e do perfil patológico de um grupo humano.

A segunda colocação necessária de ser feita diz respeito a como se conceitua a subsunção do biológico no social, ou, o que dá no mesmo, à produção social das formas biológicas humanas. O fato de os processos de adaptação se darem nos indivíduos não obsta que as condições que os produzem sejam sociais, à medida que emergem do modo específico como os homens se apropriam da natureza por meio de uma determinada organização social. Vale dizer, estão longínquos os tempos — se é que alguma vez existiram estas “robisonadas” — em que os homens enfrentavam sozinhos um mundo natural e sua capacidade de adaptação determinava sua sobrevivência e um processo de seleção dos mais “aptos”. Há muito, pois, o “ambiente” dos seres humanos é antes de tudo um produto social, que ademais se apresenta sob modalidades distintas — homogêneas no seu interior e heterogêneas no exterior — a um e outro grupo. Decorre daí que os “modos de andar a vida” sejam característicos das coletividades e não dos indivíduos. Ou seja, se bem se pode dar o caso isolado, que “responde” atipicamente diante de seu “ambiente”, isto não invalida em absoluto a existência de um “estereótipo de adaptação” do grupo ao qual pertence. Por outro lado, esses casos individuais não podem ser a base sobre a qual se constrói uma concepção do nexo biopsíquico humano.

Essas precisões permitem nos aproximar da construção do novo objeto científico e simultaneamente apontam para a

centralidade do estudo da relação processo de trabalho/saúde para gerar conhecimento a respeito dela. Enquanto os estereótipos de adaptação caracterizam as coletividades humanas, é nestas que podemos estudar o nexo biopsíquico historicamente específico, e não nos indivíduos isolados. Todavia, não é suficiente definir que o novo objeto de conhecimento é o processo biopsíquico histórico das coletividades humanas, mas é necessário acrescentar que é o dos grupos definidos por sua inserção social específica. Ou seja, o significativo não é o por o indivíduo (um só) com o grupo (muitos) mas destacar que, enquanto a inserção social deste determina os modos de andar a vida, é a coletividade constituida a partir de sua inserção social que encarna o nexo biopsíquico historicamente específico. Isto, por sua vez, nos leva a colocar como problema central uma concepção relativa a quais são os elementos essenciais que definem essa inserção social e que determinam as “condições ambientais” diante das quais emergem os modos de andar a vida. Alinhamos aqui o ponto central do conceito de “processo de trabalho”.

A possibilidade de definir os elementos essenciais da inserção social evidentemente envolve optar por uma teoria do social, já que cada uma delas fundamenta de maneira diferente esse problema, chegando a teorizações diferentes. A problemática que nos ocupa, se bem tenha sido abordada pelo estrutural-funcionalismo, vem tendo um desenvolvimento muito mais fecundo a partir do enfoque do materialismo histórico (14), que também será assumido neste trabalho. O fundamento teórico específico, por usar o “processo de trabalho” em sua acepção marxista como categoria central na análise da produção social do nexo biopsíquico humano, é que permite dar conta das formas sociais específicas sob as quais se dá a relação entre o homem e a natureza. Vale dizer, coloca a chave do entendimento do caráter social do processo biopsíquico humano no processo através do qual o homem se apropria da natureza transformando-a e transformando a si mesmo, ou seja, no processo de trabalho (15). Coloca-se, pois, que é no metabolismo entre o homem e a

natureza que surge o que temos chamado de "condições ambientais" das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida. Mas justamente porque esse metabolismo ocorre sob formas sociais específicas, que significam determinados meios de produção e relações particulares entre os homens, dos homens com os meios de produção e com o produto, que essas "condições ambientais" são a síntese dessas formas sociais e não as condições naturais a-históricas.

É preciso recuperar, também, o trabalho como a atividade especificamente humana; como atividade consciente orientada para um fim, base da criatividade (16). É, pois, a capacidade de criar intencionalmente novos objetos, mas também novas relações entre os homens. Essa qualidade do trabalho é uma das chaves para compreender a especificidade histórica dos processos psicológicos humanos. Dessa forma, enquanto essa qualidade só é potencialidade até realizar-se, tende constantemente a ser negada à grande maioria dos trabalhadores quando o trabalho assume a forma explorada e alienada (17). Essa constante negação da capacidade criativa do trabalho, então, explicaria porque a atividade especificamente humana torna-se destrutiva e não potencializadora das capacidades humanas dos trabalhadores. Todavia, pela mesma razão, o processo de trabalho converte-se num terreno de contradição quando os trabalhadores desenvolvem uma resistência contra sua própria desumanização, que se manifesta na astúcia e na não rebelde-do-trabalho (18). As colocações gerais relativas à relação entre o processo de trabalho e a saúde requerem ser desenvolvidas em dois sentidos para que possam servir como base de uma proposta concreta para seu estudo. De um lado, é necessário analisar as formas históricas que assume o processo de trabalho no capitalismo e, de outro, elaborar uma teorização que proporcione os conceitos necessários para a análise concreta dessa relação. Tem-se, pois, que fixar as categorias analíticas particulares capazes de dar conta dessa relação.

O processo de produção capitalista

Para que se compreendam as características que assume o processo de trabalho no capitalismo, tem-se que lembrar que sua finalidade é a extração da mais-valia. É preciso, pois, remeter ao conceito de processo de produção, com suas duas facetas: o processo de valorização (de produção de mais-valia) e o processo de trabalho (de produção de bens). Apesar do fato de ocorrerem simultaneamente, e desta forma serem um mesmo processo, são conceitualmente diferenciáveis, o que permite analisar a relação entre ambos. Assim, como o processo de trabalho é o meio do processo de valorização, sua conformação concreta está determinada pelas necessidades deste (19). Vale dizer, em que pese o caráter técnico do processo de trabalho, a chave para se entender como se constitui não reside na lógica tecnológica abstrata, mas na lógica concreta do processo de valorização, ou seja, na estratégia empregada pelo capital, num momento histórico específico, para extrair mais-valia. Desta forma, o processo de trabalho é a materialização do processo de valorização e divisão do trabalho, e somente decifrável a partir dele (20).

A pergunta sobre o que determina a dinâmica do processo de valorização antecede, então, a questão de como vai se constituindo o processo de trabalho. A resposta que se encontra com mais frequência refere-se à concorrência intercapitalista. Ou seja, afirma-se que não basta produzir, mas que é necessário fazê-lo sob condições que permitam vender o produto com lucro. Nesta explicação aparece como elemento-chave a produtividade que, a seguir, geralmente é identificada com o desenvolvimento e a incorporação de nova tecnologia. No entanto, a resposta — aparentemente secundária — mas que na realidade determina em grande medida a questão tecnológica, diz respeito à relação entre capital e trabalho. Isto é, é necessário ter presente que o processo de produção capitalista se desenvolve não só em condições de concorrência entre os capitalistas individuais, mas antes de tudo num campo de luta entre as forças antagônicas do capital e do trabalho (21).

Essa luta, em condições ordinárias, isto é, quando não está colocado o questionamento global da dominação capitalista, apresenta-se como disputa pela mais-valia, mas também como disputa por como gerá-la, ou seja, por como usar a força do trabalho, noção essa indissolivelmente ligada ao controle sobre o processo de trabalho. Ambas as lutas têm momentos de condensação, por exemplo nas revisões contratuais ou nas mobilizações operárias, mas se expressam também cotidianamente nos centros de trabalho. Ali, ambas se unificam na natureza conflitiva do processo de trabalho concreto. Assim, a disputa por como usar a força de trabalho torna-se, simultaneamente, a alavanca da disputa por como distribuir o valor produzido entre mais-valia e salário. Desta forma, se para o capital o processo de trabalho é o meio do processo de valorização, para o trabalho é o âmbito primário da luta contra a exploração (22). Para ambos esse processo é inevitável e, portanto, um espaço indiscutível de confronto.

A conformação concreta do processo de trabalho é um dos elementos-chave para a compreensão dos determinantes da saúde do trabalhador, já que permite desentranhar de que forma se constitui o nexo biopsíquico dessa coletividade. Torna-se, pois, necessário decompô-lo em seus elementos constitutivos para analisá-los, e depois voltar a reconstituí-lo como processo global, resgatando seu movimento dinâmico com relação à saúde do trabalhador.

Os elementos básicos de todo processo de trabalho são o objeto de trabalho, os instrumentos de trabalho e o próprio trabalho (23). A sua análise tem duas vertentes: uma técnica e outra social. Ou seja, é preciso analisar não somente as características físicas, químicas e mecânicas do objeto de trabalho, mas também porque e como chega a sê-lo, isto é, sua vertente social. Da mesma forma, os instrumentos de trabalho ou a tecnologia devem ser compreendidos, de um lado, no que diz respeito a sua conformação técnica e, de outro, como a materialização de uma determinada relação entre capital e trabalho (24). O trabalho, finalmente, tem que ser entendido como processos corporais, mas também

como uma expressão concreta da relação de exploração através de sua organização e divisão (25). Uma vez extraídas as características básicas dos objetos e instrumentos de trabalho e do trabalho é preciso analisar a relação entre eles para reconstruir a dinâmica do processo de trabalho. Eles somente assim se pode chegar a uma reconstrução significativa do processo de trabalho. Por exemplo, o significado da maquinaria somente se torna plenamente visível em relação com a organização e divisão do trabalho que impõe, da mesma forma como as características do objeto não se cumprem cabalmente senão na conformação dos instrumentos que o transformam e no movimento (ou não-movimento) do trabalhador que enfrenta a ambos (26).

Se bem seja certo que a conformação e dinâmica de cada processo de trabalho sejam únicas, pode-se, todavia, decantar suas particularidades para fazer aparecerem as características comuns entre ambos. Dessa forma, é possível distinguir fases históricas, claramente diferenciáveis, de maturação do processo de produção capitalista. Elas correspondem, vistas da ótica do processo de valorização, a diferentes estratégias de extração da mais-valia — absoluta ou relativa — e, da ótica do processo de trabalho, a formas diferentes de subsunção do trabalho ao capital (27). A partir desse fato, pode-se constituir uma espécie de tipologia de processos de produção com etapas e subetapas (28). As duas grandes etapas são a do predomínio da extração da mais-valia absoluta e a do predomínio da extração da mais-valia relativa, que em termos do processo de trabalho correspondem, respectivamente, à subsunção formal e à subsunção real do trabalho ao capital.

As subetapas dizem respeito, antes de tudo, à conformação do processo de trabalho e se depreendem das características da base técnica e da organização e divisão do trabalho. Vale dizer, mais do que sustentar-se sobre formas distintas da mais-valia, se diferenciam pelo modo concreto de alcançá-la no processo de trabalho. Assim, no interior da primeira tem-se a cooperação simples e a manufatura, e no interior da segunda, o maquinismo simples, o taylorismo, o

fordismo e a automnalização do fluxo contínuo (de transformação físico-química) e discreta (de transformação mecânica) (29). Cada uma dessas subetapas apresenta, em seu interior, bastante homogeneidade quanto à base técnica e à organização e divisão do trabalho, enquanto que entre uma e outra há diferenças notáveis.

O motor dessas transformações do processo de produção capitalista é, justamente, a concorrência intercapitalista e a luta entre capital e trabalho. A medida que representam mudanças progressivas, sem retorno a situações anteriores, as etapas e subetapas efetivamente se dão como uma sucessão histórica vistas da ótica do ordenamento global do capitalismo. Dito de outra forma, em cada uma das fases históricas um determinado tipo de processo de produção tende a predominar e organizar a produção. Tornam-se indispensáveis, no entanto, duas observações. A primeira é que, ainda que assim seja, cada país apresenta uma heterogeneidade maior ou menor de processos de trabalho, o que significa a presença simultânea de vários tipos deles articulados pelo dominante (30). A segunda questão consiste em ter presente que, uma vez estabelecida a generalização de um tipo de processo de trabalho, torna-se necessário retornar ao fato de que cada processo de trabalho concreto é um espaço de luta. Ou seja, a análise concreta de um processo de trabalho determinado permanece incompleta se não são considerados os matizes que o confronto cotidiano entre trabalho e capital lhe imprimem (31), e a heterogeneidade técnica presente no seu interior.

A colocação de que somente a análise do processo de produção permite dar conta de como vem se constituindo o nexo biopsíquico de uma coletividade de trabalhadores ainda permanece insuficiente para poder pensá-lo. Falta, dessa forma, um conceito que permita recobrir desde o processo de trabalho concreto, analisando-o como "condições ambientais", até suas expressões no corpo de trabalhadores.

Para que seja ressaltada a diferença entre o modo como a medicina do trabalho e a corrente da medicina social

apresentam essa questão, faz-se necessário estabelecer, inicialmente, uma distinção metodológica entre ambas. O método da primeira, que é o do pensamento médico dominante, baseia-se em grande medida nas reduções sucessivas do objeto de estudo particular, delimitando componentes cada vez menos complexos e estudando-os isoladamente. E a construção de seus conceitos se dá em função desse procedimento. Essa forma de proceder tem uma vantagem inegável vista da perspectiva experimental, já que permite "controlar" todos os elementos à exceção daquele em estudo. Sua debilidade reside, todavia, em supor a possibilidade de entender o conjunto a partir da somatória de suas partes. Ou seja, perde de vista, ou pelo menos não explica satisfatoriamente, dada sua própria colocação teórico-metodológica, as diferenças qualitativas entre os diferentes níveis de complexidade. O método da medicina social busca, ao contrário, já que se propõe compreender o nexo biopsíquico como processo complexo e enquanto tal com sua especificidade, o que exclui reduzi-lo à soma de suas partes. Ou seja, não pode colocar reduções sucessivas, mas, ao contrário, a integração cada vez mais complexa dos elementos, no marco de uma dinâmica global que imprime uma nova qualidade ao conjunto. Seus conceitos devem, então, permitir captar essa complexidade.

As cargas de trabalho e o processo de desgaste

A medicina do trabalho utiliza a categoria "risco" para dar conta dos elementos presentes no centro do trabalho que podem causar danos ao corpo do trabalhador. Define, dessa maneira, os riscos como agentes nocivos isolados que podem causar doença (32). Dado que quase sempre os conceitos num esquema monocausal, nem sequer chegam a ser os "fatores de risco" do modelo epidemiológico multicausal, que postula a necessidade da presença simultânea de vários deles para que se produza a doença. A noção de "risco" da medicina do trabalho, que ademais é diferente da dos "grupos

de risco" do Modelo Operário (33), consigna, pois, elementos isolados entre si e da dinâmica global do processo de trabalho. Resulta dessa forma insuficiente para o enfoque teórico aqui proposto. Para que esses obstáculos sejam superados faz-se necessário construir outra categoria que consiste na de "cargas de trabalho".

A categoria "carga de trabalho" pretende alcançar uma conceituação mais precisa do que temos consignado até o momento com a pré-noção de "condições ambientais" no que diz respeito ao processo de trabalho. Dessa forma busca-se ressaltar na análise do processo de trabalho os elementos deste que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando aqueles processos de adaptação que se traduzem em desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica. Vale dizer, o conceito de carga possibilita uma análise do processo de trabalho que extrai e sintetiza os elementos que determinam de modo importante o nexu biopsíquico da coletividade operária e confere a esta um modo histórico específico de "andar a vida". Cabe assinalar que essa noção de "cargas de trabalho" se distingue fundamentalmente da utilizada no Método LEST porque não se refere a características estáticas do posto de trabalho particular, mas ao movimento dinâmico dos elementos do processo de trabalho (34). No processo de investigação certamente a primeira aproximação das cargas de trabalho implica decompô-las em tipos específicos, que também compreendem os riscos particulares. Isso não significa, todavia, que são a simples soma dessas, já que só adquirem pleno significado a partir da dinâmica global do processo de trabalho. O segundo passo analítico, então, consiste em reconstruí-las com a lógica global deste como ponto de partida. Assim, para melhor se apreender as cargas de trabalho pode-se distinguir diferentes tipos, agrupando-as em físicas, químicas, biológicas e mecânicas, por um lado, e fisiológicas e psíquicas, por outro. As primeiras possuem uma materialidade externa ao corpo, que ao com ele interatuar torna-se uma nova materialidade interna. As últimas — as fisiológicas e psíquicas — pelo

contrário, somente adquirem materialidade no corpo humano ao expressarem-se em transformações em seus processos internos, questão que se tornará mais compreensível ao se analisar cada uma delas.

As cargas físicas podem ser exemplificadas pelo ruído e calor, que podem ser detectados e até medidos sem envolver o corpo humano, e dessa forma têm uma materialidade externa a ele. Ao atuar sobre o corpo, ou, melhor dizendo, ao interatuar com ele, sofrem uma mudança de qualidade, dado que deixam de contar como "ruído" ou "calor", e tornam-se processos intracorporais complexos. Por exemplo, o ruído atua sobre as células do ouvido médio e interno, porém também sobre o sistema nervoso e provoca mudanças em alguns processos fisiológicos (35). Da mesma forma, o calor deixa de ser calor e se expressa desencadeando mecanismos de termorregulação, como por exemplo a sudorese e alterações hormonais, ou seja, numa série de mudanças nos processos fisiológicos que podem ser passageiras ou não (36). As cargas químicas (pós, fumaça, fibras, vapores, líquidos etc.) e biológicas (os microorganismos) têm características semelhantes já que, por um lado, têm materialidade externa ao corpo e, por outro, adquirem importância não em si mesmos mas pelas transformações que geram em sua interação com os processos corporais. As cargas mecânicas são, por assim dizer, as mais visíveis, já que se convertem numa ruptura de continuidade instantânea do corpo; em contusões, feridas, fraturas etc.

As cargas fisiológicas e psíquicas são, como já foi assinalado, diferentes porque não têm uma materialidade visível externa ao corpo humano. Por exemplo — analisando algumas das cargas fisiológicas — um esforço físico pesado ou uma posição incômoda não podem existir senão através do corpo, da mesma forma como a alteração de turnos é indispensável à margem de homens de carne e osso submetidos a este regime de trabalho. Mas, uma vez constatada a impossibilidade de conceituar essas cargas senão em relação com o corpo, sua materialidade é, novamente, processos corporais transformados. O esforço físico pesado é consumo

calórico incrementado, redistribuição de sangue, gasto e hipertrofia de tecidos etc. (37). A alternância de turnos enquanto carga fisiológica é, da mesma maneira, ruptura dos ritmos fisiológicos básicos (os ciclos circadianos) e dessincronização (38).

cooperar
reservar
As cargas psíquicas, finalmente, têm o mesmo caráter que as fisiológicas à medida que adquirem materialidade através da corporeidade humana. As cargas psíquicas, pensadas sobretudo em função de suas manifestações somáticas e não tanto psicodinâmicas, podem provisoriamente ser agrupadas em dois grandes grupos (39): um, que abrange tudo aquilo que provoca uma sobrecarga psíquica, ou seja, situações de tensão prolongada, e outro, que se refere à subcarga psíquica, ou seja, à impossibilidade de desenvolver o fazer-asso-da capacidade psíquica (40). Exemplos das primeiras, características do processo de trabalho capitalista, podem ser a atenção permanente, a supervisão com pressão, a consciência da periculosidade do trabalho, os altos ritmos de trabalho etc. Pertencem ao segundo grupo de questões a perda do controle sobre o trabalho ao estar o trabalhador subordinado ao movimento da máquina; a desqualificação do trabalho, resultado da separação entre sua concepção e execução; a parcelização do trabalho, que redundam em monotonia e repetitividade etc. (41). Advirta-se, claramente, que as cargas psíquicas não têm existência senão como relação entre os homens e dos homens com as coisas, e que somente adquirem materialidade nos processos psíquicos e corporais deles. Nesse sentido, a monotonia, a repetitividade e a desqualificação são a hipertrofia do pensamento e da criatividade, que ademais se expressa em mudanças nos corticosteróides; da mesma forma como a supervisão estrita ou despótica ou a consciência da periculosidade do trabalho são tensão nervosa prolongada sintetizada na reação do estresse crônico e fadiga nervosa.

No caso das cargas psíquicas, ressalta com particular clareza que são socialmente produzidas e que não podem ser compreendidas como "riscos" isolados, ou abstratos, à margem das condições que as geram. Todavia, isso é tam-

do
conceito
social

bém certo para o restante das cargas, incluindo aquelas que têm materialidade externa à corporeidade humana. Ou seja, se bem o ruído seja ruído, e como tal origina transformações nos processos biopsíquicos, não é irrelevante perguntar porque se produz e porque se mantém num determinado nível. Ao tentar responder a essas perguntas com relação a qualquer carga, aparecem invariavelmente dois fatos. Um é que surge como expressão particular da forma específica de produzir (das características da base técnica e dos objetos empregados, mas também da organização e divisão do trabalho). Outro é que a intensidade, e ainda a presença ou não, das cargas não é alheia às relações de força entre capital e trabalho num centro de trabalho concreto e na sociedade.

Viso dessa perspectiva, decompor e agrupar as cargas nos diferentes tipos não é, como já se havia assinalado, senão um primeiro passo analítico, dado que não adquirem pleno significado senão no interior da dinâmica global do processo de trabalho. Ou seja, o segundo passo no processo de investigação necessariamente consiste na reconstrução das cargas de trabalho através da análise da interação entre elas no marco da lógica global do processo de trabalho — como processo técnico e cenário de luta determinado pelo processo de valorização. Torna-se facilmente compreensível que as cargas de um mesmo grupo podem se potenciar entre si de tal modo que não somente se somam como também incrementam seu efeito sobre os processos biopsíquicos humanos. Por exemplo, a realização de um trabalho pesado numa posição incômoda significa não somente a soma dos efeitos desgastantes sobre o sistema músculo-esqueleto e do gasto calórico derivado de cada um deles, como também um aumento em ambos (42). Da mesma maneira, os produtos químicos têm, em muitas ocasiões, efeitos sinérgicos sobre o corpo. Ou seja, ao estarem presentes simultaneamente resultam tóxicos em concentrações mais baixas do que quando se encontram isoladamente (43). Em relação às cargas psíquicas, ocorre uma situação semelhante, já que, por exemplo, se pode suportar altos ritmos de trabalho sem maiores problemas enquanto a tarefa permite a tomada de

decisões, mas quando, pelo contrário, ela está esvaziada de um conteúdo significativo, tornam-se estressantes (44).

Não obstante, é na interação entre as cargas dos diferentes grupos que se começa a vislumbrar plenamente a necessidade de analisá-las em seu conjunto e no marco da lógica global do processo de trabalho. Por exemplo, tomando a questão mais reconhecida da saúde dos trabalhadores, ou seja, os acidentes, torna-se evidente que a perspectiva que somente contempla "as condições (as cargas mecânicas) e os atos inseguros" (o "descuido do trabalhador") tem uma baixa capacidade explicativa e é, ademais, mistificadora. Se, pelo contrário, se analisa a dinâmica do acidente a partir da lógica do processo de produção, aparecem novos elementos "causais" e uma articulação totalmente distinta entre eles. Entendendo as cargas como os elementos que sintetizam a mediação entre o trabalho e o desgaste do trabalhador, a dinâmica do acidente quase sempre envolve várias delas; a carga mecânica, que interrompe a integridade física corporal, desprende-se das características da maquinaria — relação social materializada —, mas não atua isoladamente senão em combinação com outras cargas que determinam a condição na qual o trabalhador enfrenta a máquina. Essa combinação de cargas tem em cada caso uma conformação singular. Exemplificando, poderia ser um operário trabalhando numa posição incômoda (carga fisiológica), fatigado porque alterna turnos (carga fisiológica e psíquica), aturdido pelo ruído (carga física) e com tensão nervosa pela pressão da supervisão e pelo alto ritmo de trabalho (cargas psíquicas); atravessado, pois, por uma série de cargas que, por seu turno, não só se somam como se potenciam entre si e dão concretude ao processo de produção de modo singular. O "alto inseguro", ou seja, a conduta equivocada ou o "descuido" do trabalhador nessas condições dificilmente pode ser considerado como sendo sua "culpa" — da vítima — mas como produto de uma combinação de cargas determinada pela lógica global do processo de trabalho.

Outro exemplo da interação das cargas no marco da lógica global do processo de trabalho poderia ser o modo como

se potenciam entre si uma carga física como o ruído e algumas cargas psíquicas. Novamente tem-se que pensar um operário diante de uma máquina — materialização de uma relação histórica entre capital e trabalho — que gera ruído ela mesma e em seu contato com o objeto de trabalho, e que impõe um modo específico de trabalhar — o movimento de umas partes do corpo e de outras não; o ritmo; as operações rotinizadas, monótonas e repetitivas. O ruído traduz-se, aqui, em tensão nervosa, que se combina com os efeitos das cargas psíquicas, especificamente a sobrecarga quantitativa e a subcarga qualitativa, provocando um aborrecimento irritante e fatigante.

Ao conceito de carga de trabalho tem-se que acrescentar outro — o de desgaste — para que se possa reconstruir no pensamento uma representação coerente da relação entre o processo de produção e o nexo biopsíquico de uma coletividade de trabalhadores, ou seja, da forma histórica específica de nela ocorrer o processo biológico e psíquico. Dessa forma, o conceito de "desgaste" permite consignar as transformações negativas, originadas pela interação dinâmica das cargas, nos processos biopsíquicos humanos. O desgaste pode ser definido, então, como a perda de capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto dos processos biopsíquicos.

Torna-se importante referir-lo tanto à capacidade efetiva como à potencial, já que enquanto os processos biopsíquicos não são estáticos mas mutantes — daí seu caráter histórico — não tem sentido tentar fixar uma condição ideal ótima e definir o desgaste como o desvio desta; tanto é desgaste, pois, a destruição abrupta ou lenta de órgãos como a impossibilidade de desenvolver uma potencialidade psíquica ou biológica. Finalmente, haveria que acrescentar que a noção de desgaste não se refere necessariamente a processos irreversíveis, já que frequentemente se pode recuperar as perdas de capacidade efetiva e/ou desenvolver potencialidades antes hipotrofiadas.

À medida que o desgaste se define como a perda de capacidade potencial e/ou efetiva biopsíquica, ele pode ou não

expressar-se no que a medicina reconhece como patologia. Ademais, é necessário considerar o desgaste juntamente com os processos reprodutivos — de reposição e desenvolvimento da capacidade biopsíquica —, principalmente determinados pelas características do momento reprodutivo nas sociedades capitalistas. Vale dizer, enquanto o trabalho — como já se havia dito — sob o capitalismo é trabalho alienado e implica o uso deformado e deformante tanto do corpo como das potencialidades psíquicas, converte-se numa atividade cujo componente desgastante é muito maior que o da reposição e desenvolvimento das capacidades. E, pois, a combinação entre o desgaste e a reprodução que determina a constituição das formas históricas específicas biopsíquicas humanas. Estas, por sua vez, são o substrato geral que determina a geração de uma constelação característica de doenças particulares, conhecido como o perfil patológico de um grupo social. É importante fazer esse esclarecimento, já que enlaza como processo geral o nexu biopsíquico e esta-belece a “doença” como processo particular.

A complexidade do desgaste faz com que haja dificuldades para mostrá-lo diretamente, sobretudo porque em sua maior parte é inespecífico e não se expressa com clareza em elementos facilmente observáveis ou mensuráveis. Isso significa que, na maioria das vezes, não é possível captá-lo senão através de alguma de suas dimensões ou por meio de uma série de indicadores. Os indicadores globais que mais freqüentemente vêm sendo utilizados são os sinais e sintomas inespecíficos, o perfil patológico, os anos de vida útil perdidos, o envelhecimento acelerado e a morte prematura. Ter-se-ia que assinalar que sobretudo os três últimos carecem de sentido, a menos que sejam apresentados em relação a um referencial social, cujo procedimento de seleção deve ser explicitado. Isto é, de novo haveria que advertir contra a noção de uma normalidade a-histórica concebida como o estado ideal a ser alcançado. Outra maneira de se captar o desgaste, até o momento pouco explorada, dadas as dificuldades técnicas que implica, é através dos processos que constituem suas diferentes dimensões. Nesse sentido, o mais

Outro indicador, subjetivo.

interessante seria o estabelecimento de “indicadores de processo” que permitiriam captar a presença de elementos do processo de desgaste sem ter que os referir a um dano consumado ou demonstrável. Por exemplo, um desses indicadores de processo poderia ser a reação prolongada de estresse e outro, parâmetros como o gasto e a ingestão calórica.

Finalmente, haveria que reforçar que os processos de desgaste caracterizam as coletividades humanas e não primariamente os indivíduos. Ou seja, se bem seja certo que o padrão de desgaste se expressa através dos indivíduos que integram a coletividade, não é senão nela que adquire pleno significado e visibilidade. Assim é porque não depende das características individuais biopsíquicas de cada um, mas das condições específicas através e ante as quais a coletividade se constitui como tal. Esse fato aponta para algo de suma importância, já que significa que o processo de desgaste não é uma fatalidade cega, mas futuro e, portanto, moldado pela ação da própria coletividade. Isso implica, também, que o desgaste é um problema tanto para o trabalho como para o capital que, todavia, se coloca de maneira distinta para cada um deles. Dessa forma, para o capital a questão consiste em quais são as características requeridas da força de trabalho, enquanto para o trabalho a questão é em que condições se desenvolvem seus processos vitais; para o primeiro é, pois, um dos problemas da produção (a mais-valia) enquanto para o segundo é o problema da vida.

A construção teórica da relação entre processo de valorização, processo de trabalho, cargas de trabalho e processo de desgaste confere certa capacidade de predição com relação ao que caracteriza o padrão de desgaste de um determinado grupo de trabalhadores. Vale dizer, dado que as cargas de trabalho e, portanto, o padrão de desgaste de um grupo de trabalhadores determinado, têm origem na maneira específica como se articulam a base técnica e a organização e divisão do trabalho, é possível decantar as particularidades de cada processo de trabalho concreto e extrair as características gerais das cargas e do desgaste das diferentes etapas e subetapas típicas do processo de produção

capitalista (45). Dessa forma, à medida que se sabe que tipo de processo de trabalho está presente num centro de trabalho, pode-se predizer quais são as principais cargas e os traços gerais do padrão de desgaste. Todavia, essa tipologia de "processo de trabalho-cargas principais-padrão de desgaste" não permite dar conta das modalidades específicas que impõem, por um lado, fatos como a defasagem tecnológica no interior do processo de trabalho e, por outro, as características concretas da organização dos trabalhadores. Ambas as questões podem levar a modificações substanciais no padrão de desgaste que somente se tornam visíveis com estudos concretos.

A construção do processo de investigação

A partir da discussão teórica com relação ao que está presente na compreensão da saúde do trabalhador, aparece claramente a necessidade de se recolocar a construção do processo de investigação com relação a ela. Isso porque de um lado se quer apreender as diferentes dimensões do novo objeto científico e, de outro, porque ao se pretender gerar o conhecimento requerido para abrir caminho para uma nova prática com relação à saúde, impõe-se recolocar a questão metodológico-técnica. Diante desse problema pode-se optar por duas alternativas diferentes. Uma se resume na posição que vê a necessidade de uma reformulação completa, argumentando que diante de uma nova teorização se impõe a construção de outra metodologia, com suas técnicas próprias, livres da marca da teoria que as gerou (46). Essa posição coloca duas dificuldades sérias — pelo menos no campo que nos concerne — sendo elas, de um lado, o fato de que na prática de investigação tendeu-se para o formalismo metodológico (47) e, por outro, não dar solução para a questão de como incorporar o conhecimento existente, mas gerado sob uma concepção teórica que não é a sua.

A outra postura — pragmática se se quiser — é tentar a construção do processo de investigação sob uma colocação

metodológica que permita recolher e rearticular técnicas de investigação já existentes, ao mesmo tempo que gera novas técnicas sob um marco interpretativo global diferente (48). Essa posição enfatiza muito mais o *quê* é relevante conhecer que o *como* conhecê-lo, determinado o *quê* a partir do movimento dinâmico entre a teorização do fenômeno e a exploração dos elementos que dela se originam. Esse procedimento tem uma série de vantagens, já que não renuncia nem ao conhecimento existente nem, *a priori*, às técnicas de investigação que o geraram. Permite, pois, uma rápida acumulação de novos conhecimentos, já que depende mais do confronto constante entre a capacidade explicativa de sua teorização e os problemas que pretende explicar e entre o conhecimento existente e sua relevância para compreender questões colocadas como essenciais no interior do marco interpretativo. Ademais, tem a vantagem prática adicional de que permite mover-se com mais facilidade no campo da luta que se estabelece em torno do conhecimento "científico", quando este é utilizado como "prova de verdade" no confronto de classe.

Nas propostas para a construção do processo de investigação sobre os processos de produção e saúde que aqui serão desenvolvidos, opta-se pela segunda posição. É a mais adequada, dadas as razões acima assinaladas e pelo específico da problemática concreta em nosso caso particular.

A tarefa que tem que ser enfrentada, então, é estabelecer um marco interpretativo capaz de superar a mera justaposição dos diferentes corpos de conhecimento e técnicas de investigação e avançar em direção à sua rearticulação e uma inovação que permitam gerar uma compreensão diferente da realidade.

O contexto científico envolvido possui, ademais, algumas características especiais que devem ser consideradas. Estamos, assim, diante de um campo de conhecimento e de ação onde não existe um claro domínio de uma ou outra colocação teórico-metodológica. Isso se expressa, por um lado, no fato de que a aproximação teórico-metodológica da corrente da medicina social predomina na investigação e

também logrou permear o discurso das instituições estatais envolvidas (49), mas a prática delas se desenvolve no interior do marco, bastante empobrecido, da medicina do trabalho e da segurança industrial. Essa situação tem uma dupla implicação, já que, por um lado, existem condições para avançar no sentido de uma nova compreensão da saúde do trabalhador e gerar uma nova prática a respeito, mas, por outro, as lutas pela saúde se desenvolvem parcial e inicialmente no terreno imposto pela legislação, ou seja, o da segurança e higiene do trabalho. Faz-se necessário, pelo exposto, uma metodologia que gere conhecimentos tanto para avançar na nova compreensão e prática de saúde do trabalhador como para sua defesa imediata.

A colocação teórica exposta, no que diz respeito à relação entre processo de produção e saúde coletiva, prefigura como princípio metodológico central o estabelecimento da dinâmica global que se dá entre os diferentes elementos envolvidos. Ou seja, nenhum elemento isolado pode dar conta de como se constitui o processo de desgaste de uma coletividade de trabalhadores e como se expressa em seu nexu biopsíquico, já que somente são compreensíveis a partir da análise das relações entre o processo de valorização, o processo de trabalho e as cargas de trabalho no marco da correlação de forças entre capital e trabalho. Todavia, para alcançá-lo torna-se necessário explorar primeiro cada uma das dimensões envolvidas através de um procedimento que permita, a cada passo, sua reconstrução no interior da dinâmica global. Isto é, ao mesmo tempo que se requer o estudo de, por exemplo, o processo de trabalho concreto, a exploração de seus elementos deve contemplar tanto sua relação com o processo de valorização como com as cargas de trabalho e deve enriquecer, por sua vez, a sua compreensão. O processo de investigação, dessa forma, é um movimento constante entre decompor o processo global em suas partes constitutivas e recompor-lo depurando os elementos secundários; movimento cuja direção requer a volta à concepção teórica da relação entre seus elementos.

A segunda questão metodológica geral, que adquire particular importância no contexto do tema que nos ocupa, refere-se ao sujeito do processo de investigação. Vale dizer, se se coloca a geração de conhecimento sobre a saúde a partir do horizonte de visibilidade da classe trabalhadora e como base para a construção de uma nova prática, impõe-se uma interrogação sobre qual o papel desempenhado pelos trabalhadores nesse processo. A resposta mais radical foi dada, sem dúvida, pelo teórico do Modelo Operário italiano, I. Oddone, já que sustenta que o sujeito principal e indispensável é a própria classe operária sob a figura do grupo operário homogêneo (50). Para fundamentar essa posição, coloca uma razão teórica e outra prática. Dessa forma, sustenta a posição teórica de que somente a experiência operária, surgida de sua inserção específica na sociedade, permite chegar a uma compreensão verdadeira da realidade. Isso significa, segundo Oddone, que a única transformação efetiva é aquela que surge da ação direta baseada nessa experiência. Como já foi argumentado (51), as principais objeções a essa colocação são, de um lado, que se omite a necessidade dos momentos de teorização no processo de geração de conhecimento e, por outro, que torna a experiência do "grupo operário homogêneo" diretamente equivalente ao da classe operária.

Apesar desses problemas, a colocação do Modelo Operário assinala questões que, abordadas de outra forma, devem ser levadas em conta. Assim, o conhecimento operário a respeito de seu trabalho e de seu impacto sobre a saúde é, sem dúvida, muito rico e oferece uma compreensão da problemática em grande medida resgatável unicamente a partir da ótica operária. Torna-se imprescindível, então, aceder tanto a este conhecimento como ao especificamente "outro" da visão operária. Não obstante, tal fato envolve sistematizá-lo, não somente no sentido de ordená-lo como de extrair os elementos de conhecimento geral que vão além das particularidades da situação concreta. Isso, por sua vez, requer um processo de teorização que não se pode tomar emprestado sem mais das disciplinas científicas dominantes, mas

que se constrói, no nosso caso, a partir do encontro entre o conhecimento operário e as colocações teóricas sobre a relação entre o processo de produção e a saúde coletiva. Se esse é o processo, infere-se a necessidade de os trabalhadores nele desempenharem um papel ativo; que não sejam somente seu objeto passivo, senão um de seus sujeitos, mas não o único, já que não são espontaneamente depositários nem geradores da indispensável concepção teórica.

Por outro lado, o papel de protagonista dos trabalhadores na transformação da realidade e também na construção de uma prática social distinta torna-se inegável, da mesma forma, que o assinalar-se a relação necessária entre o conhecer e o transformar. É necessário, não obstante, matizar como se dá o processo através do qual isso ocorre. Há que se ressaltar que não se trata de um processo que qualquer grupo operário empreende espontaneamente somente a partir de sua própria experiência; mas que depende das condições específicas de sua constituição, que sintetizam tanto sua experiência particular como as condições gerais da classe. Contam, pois, questões como o grau e as características de sua organização; o grau de processamento coletivo da experiência própria e de outros destacamentos operários, tanto no que diz respeito às lutas empreendidas como ao problema da saúde; a correlação de força geral e particular entre capital e trabalho etc. O que estaria no fundo, então, é a acumulação de capacidade coletiva para colocar-se problemas complexos e articular estratégias de transformação. Estas, por sua vez, geram um processo de conhecimento específico ante os problemas e através da luta. Dito noutros termos, os trabalhadores necessariamente são sujeitos do processo de conhecer-transformar, mas este não é redutível ao "quebra-quebra" dos grupos operários homogêneos, dado que envolve tanto as características da constituição da classe como o processo de conhecimento geral no qual os cientistas desempenham um papel crucial.

Esclarecidos esses dois princípios metodológicos básicos, interessa discutir com mais detalhe que elementos do processo de produção, das cargas e do desgaste é crucial

conhecer e como estudá-los. A primeira questão tem relevância especialmente em relação com o processo de produção, porque é necessário vê-lo em função da especificidade do objeto de estudo colocado. Isto é, as dimensões que são de interesse para a compreensão do nexo biopsíquico de uma coletividade não são necessariamente as mesmas de outras investigações sobre o processo de produção, que tem por finalidade explicar outras problemáticas, tais como, por exemplo, as práticas sindicais. O como estudá-los, por outro lado, faz referência às técnicas específicas para gerar informação sobre os elementos relevantes, ou seja, pretende analisar a utilidade dos instrumentos disponíveis ou em processo de elaboração para a prática de investigação aqui proposta. Para tornar o mais concreta possível essa discussão, far-se-á referência à construção do processo de investigação sobre o desgaste na SICARTSA*, incluindo-se referências a soluções alternativas, que não foram utilizadas, no geral, devido às condições específicas nas quais se desenvolveram a investigação.

À guisa de ilustração: a construção da investigação do desgaste na SICARTSA

A investigação sobre o desgaste do trabalhador na SICARTSA tem origem numa crescente preocupação dos trabalhadores com a deterioração, cada dia mais visível, de sua saúde. Para começar a dar uma resposta sindical para essa problemática, o comitê executivo decidiu realizar um estudo da saúde na empresa, assessorado por pesquisadores do tema. Os objetivos fixados para o estudo foram conhecer as condições de trabalho na empresa e seu impacto sobre a saúde, para daí formular uma política sindical a respeito, baseada em elementos concretos de luta e de mobilização. O

* Na exposição serão discutidos os elementos que têm relevância geral para a construção de um processo de investigação, explicando-se nas notas os detalhes particulares do estudo específico.